

**PRECISAMOS FALAR SOBRE PSEUDOARQUEOLOGIA:
implicações para a prática arqueológica e sua
comunicação ¹**
**WE NEED TO TALK ABOUT PSEUDOARCHAEOLOGY:
implications for archaeological practice and public
communication**

Myla Torquato Mendes ²

Resumo: O artigo analisa o posicionamento da arqueologia brasileira no ambiente digital diante da circulação da narrativa pseudoarqueológica da “Cidade Perdida de Ratanabá”. Através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, foi realizada a análise de conteúdos relacionados ou produzidos por arqueólogos e publicados entre 2022 e 2025 em veículos jornalísticos digitais, perfis institucionais no Instagram e podcasts disponíveis no Spotify. Observou-se uma atuação reativa da arqueologia, marcada pela centralidade da imprensa como mediadora e pela limitada produção autoral institucional nas redes sociais. Essa configuração evidencia uma assimetria comunicacional entre arqueologia e pseudoarqueologia, potencializada pelos mecanismos de recomendação algorítmica. Conclui-se que o enfrentamento à pseudoarqueologia exige a incorporação sistemática da comunicação pública online como dimensão da prática arqueológica.

Palavras-Chave: Arqueologia. Pseudoarqueologia. Comunicação científica.

Abstract: This article analyzes how Brazilian archaeology has positioned itself in the digital environment in response to the circulation of the pseudoarchaeological narrative of the “Lost City of Ratanabá”. Through a quantitative and qualitative approach, content related to or produced by Brazilian archaeologists published between 2022 and 2025 in digital news outlets, institutional Instagram profiles, and archaeology-related podcasts available on Spotify was analyzed. The results indicate a predominantly reactive stance, characterized by the centrality of journalism as a mediating actor and the restricted production of original content on social media. This scenario reveals a communicational asymmetry between scientific archaeology and pseudoarchaeology, reinforced by algorithmic recommendation systems. The article argues that addressing pseudoarchaeology requires the systematic incorporation of online public communication into archaeological practice.

Keywords: Archaeology. Pseudoarchaeology. Scientific communication.

1. Introdução

Nos últimos anos, discussões sobre como diferentes áreas do conhecimento circulam e se legitimam perante a sociedade tornaram-se centrais para compreender a relação entre ciência, tecnologia e comunicação contemporânea. Em um período histórico marcado pela expansão de novas formas de mediação digital, observa-se que a maneira como o público

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação da Ciência e Políticas Científicas. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

2 Bacharel em Arqueologia pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES); cxmylat@gmail.com

geral acessa, interpreta e atribui credibilidade às informações passou por transformações profundas. A circulação de conteúdos científicos, antes fortemente ancorada em veículos tradicionais de imprensa e espaços formais de ensino, deslocou-se para ambientes agora caracterizados por dinâmicas de velocidade, competição por atenção e constante reconfiguração de públicos.

Esse cenário de expansão tecnológica ampliou o alcance das ciências, mas também tornou mais complexa a mediação entre especialistas e não especialistas (HUVILA, 2019; SCHIELE; SCHIELE, 2022, p. 27). A pluralidade de atores que hoje produzem discursos sobre temas científicos, somada à ausência de filtros editoriais rigorosos, faz com que interpretações concorrentes coexistam no mesmo espaço comunicacional, ainda que sustentadas por graus muito distintos de rigor metodológico. Assim, a autoridade científica deixou de depender apenas da expertise dos pesquisadores, passando a envolver também sua capacidade de se inserir nas disputas narrativas que definem a relevância e a visibilidade do conhecimento no ambiente digital (HUVILA, 2019).

No campo da arqueologia, essas transformações assumem contornos específicos. Trata-se de uma disciplina historicamente sensível à opinião pública, uma vez que seus objetos de estudo — o passado, o patrimônio arqueológico e a memória social — frequentemente são mobilizados em disputas identitárias, políticas e nacionalistas (RENFREW, 2006). Apesar disso, a arqueologia acadêmica brasileira permanece fortemente orientada à comunicação entre pares, priorizando periódicos científicos, relatórios técnicos e eventos acadêmicos (CALIPPO, 2022, p. 214), o que limita sua presença ativa e contínua nos espaços digitais onde se dá grande parte da circulação contemporânea de informações.

A popularização da disciplina nas últimas décadas deveria reforçar seu caráter científico, no entanto, esse interesse veio acompanhado de vieses pseudocientíficos, amplificados pela ascensão de produções audiovisuais de grande alcance, que frequentemente têm difundido teorias pseudoarqueológicas visando o sucesso comercial, como àquelas produzidas para o History Channel (NUGROHO, 2022, p. 25; DODE; RAMOS, 2023, p. 21). Isso despertou o interesse de uma parte da população mundial, que passou a compreender a arqueologia a partir dessa abordagem. Porém, foi principalmente com o advento da internet, e em particular das redes sociais, que tais teorias alcançaram maior projeção.

Enquanto no início dos anos 2000 a televisão desempenhava um papel central na difusão do conhecimento arqueológico tanto verossímil quanto fraudulento para o público geral (RAMOS; DUGANNE, 2000, p. 17), a internet emergiu na última década como o principal meio de acesso a essas informações. Além de ampliar a disponibilidade de publicações científicas, a rede consolidou-se como uma ferramenta essencial para a disseminação global do conhecimento arqueológico, diversificando as formas de engajamento com a arqueologia e reconfigurando as dinâmicas de produção e consumo de informação na área (PORTO, 2009; PILATI, 2018; MORENO DE SOUSA, 2018; HUVILA, 2019; CALIPPO, 2022).

Nesse contexto, torna-se essencial compreender como a arqueologia se posiciona diante dessas novas dinâmicas de comunicação e mediação do conhecimento, especialmente porque sua relação com o público também envolve responsabilidade pela proteção do patrimônio arqueológico e as expressões culturais a ele associadas. Assim, ao observar o modo como a disciplina circula socialmente no meio digital hoje, abrem-se novos caminhos para discutir não apenas sua legitimidade científica, mas também os desafios contemporâneos da comunicação da arqueologia.

Huvila (2019), Bicudo e Teixeira (2022) e Santana et al. (2023) destacam que esses novos canais se tornaram ambientes de circulação e de construção de conhecimento, e não apenas de divulgação passiva. Elas permitem que cientistas e instituições alcancem públicos antes inacessíveis, promovendo uma democratização do saber. Assim, as redes sociais, atualmente sendo o veículo comunicacional mais utilizado globalmente (CIRIBELI; PAIVA, 2011 apud SANTANA et al., 2023, p. 175), transformaram radicalmente a forma de comunicar a arqueologia, pois nelas arqueólogos e público compartilham os mesmos espaços discursivos, rompendo com a tradicional hierarquia entre especialistas e leigos. A presença da ciência no ambiente digital, então, traz implicações éticas, epistemológicas e pedagógicas, exigindo novos modos de engajamento e responsabilidade (FERREIRA et al., 2023).

Huvila aponta, entretanto, que essa nova configuração implica desafios relacionados à autoridade científica e à interpretação dos dados, mas também oferece oportunidades para o fortalecimento do engajamento social com o patrimônio arqueológico (HUVILA, 2019, p.

22). O autor, em seu artigo “*Engagement has it’s consequences*” (2019) apresenta um importante desafio implícito relacionado à pseudoarqueologia:

Even if the scholarly archaeology would be more correct than some other views of the past, the alternative religious, cultural or other pseudo-archaeological can still have cultural significance for those who advocate for these views. [...] The risk is that the context of the archaeological discourse is not understood in similar terms by all of the participants of the discussion.³ (HUVILA, 2019, p. 22).

Essa assimetria tornou-se particularmente visível no cenário nacional a partir da ampla circulação, a partir de 2022, da narrativa pseudoarqueológica conhecida como “Cidade Perdida de “Ratanabá”. Promovida por agentes externos ao campo científico da arqueologia, a *holding* nacional Dakila Pesquisas, foi difundida principalmente por meio de redes sociais e podcasts, mobilizando estratégias discursivas baseadas em apelo emocional, antagonismo à academia científica, explorando desconfiças preexistentes em relação às instituições científicas, e suposta revelação de conhecimentos ocultos — características amplamente descritas na literatura sobre pseudoarqueologia (FAGAN, 2006, p. 33; RENFREW, 2006; DERRICOURT, 2012; BASSETT, 2013; CARD; ANDERSON, 2016; FEDER, 2020; SCHIELE; SCHIELE, 2022). Embora a inexistência científica de “Ratanabá” tenha sido apontada por arqueólogos através de pronunciamentos, a narrativa alcançou expressiva visibilidade pública e política⁴, demonstrando uma fragilidade na produção de conteúdo

3 Mesmo que a arqueologia acadêmica possa ser mais correta do que certas outras visões do passado, as perspectivas alternativas — religiosas, culturais ou outras de caráter pseudoarqueológico — ainda podem possuir significado cultural para aqueles que as defendem. [...] O risco é que o contexto do discurso arqueológico não seja compreendido em termos semelhantes por todos os participantes da discussão. (Tradução da autora).

4 A polêmica ganhou ressonância nas redes sociais em 14 de junho de 2022, quando o então Secretário Especial da Cultura, Mário Frias, publicou em sua conta oficial no *Instagram* referências à essa teoria e ao encontro com o empresário Urandir Fernandes de Oliveira, presidente da Dakila Pesquisas, e, segundo ele, manifestou interesse em visitar os supostos sítios relatados pela entidade. Mais tarde, entre os anos de 2024 e 2025, a empresa firmou um protocolo de intenções com a gestão estadual de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo, visando estudar o chamado Caminho de Peabiru — rede de trilhas indígenas pré-colombianas que, segundo a empresa, se conectaria com “Ratanabá” — acordo esse que acabou cancelado em dezembro de 2024 por falta de resultados práticos; mesmo após o cancelamento formal, a Dakila continuou a promover visitas técnicas e apresentou-se como parceira de prefeituras como a de São Vicente (SP), com apoio de suas secretarias municipais no que municipais descreveram como iniciativas de estudo histórico e turístico sobre o Peabiru. Além disso, no dia 20 de janeiro de 2025 foi formalizado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Dakila Pesquisas e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) com o objetivo declarado de avançar pesquisas, conservação cultural e desenvolvimento sustentável na Amazônia, incluindo estudos arqueológicos relacionados às tradições locais e, secundariamente, ao imaginário associado a “Ratanabá” e à rota do Peabiru — parceria esta amplamente divulgada pela própria Dakila Pesquisas e pela UEA à época. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/amp/cotidiano/2025/10/ligado-ao-et-bilu-criador-da-teoria-do-ratanaba-manteve-acordo-com-gestao-tarcisio.shtml>> Acesso em: 3 out. 2025.

online relacionada ao conhecimento arqueológico e, possivelmente, na sua circulação no ambiente digital.

A crescente difusão desses discursos não-científicos no Brasil insere-se em um cenário mais amplo de disputa narrativa entre ciência e pós-verdade, no qual a institucionalização do negacionismo e a erosão da confiança no conhecimento científico comprometem a capacidade da sociedade de distinguir fatos de especulações e sensacionalismo (RAMALHO, 2020) - um problema recorrente que se intensificou com a rápida circulação de discursos que carecem de rigor científico no meio digital. Esse contexto não é restrito ao campo político, se estendendo também à arqueologia, especialmente quando a comunicação científica não acompanha a velocidade e o alcance das narrativas distorcidas.

Diante disso, esta pesquisa parte do seguinte problema: como a arqueologia brasileira se posiciona e se comunica no ambiente online diante da circulação de narrativas pseudoarqueológicas, e quais são os limites dessas estratégias frente à lógica de visibilidade das plataformas? Parte-se também da compreensão de que a pseudoarqueologia não constitui apenas um problema epistemológico, mas também um fenômeno comunicacional, estruturado por estratégias narrativas eficazes no meio digital e por uma relação conflituosa com a autoridade científica institucionalizada (FLEMMING, 2006; FAGAN, 2006; HUVILA, 2019).

2. Objetivo

Mapear e analisar as publicações de profissionais e instituições nacionais de arqueologia voltadas ao enfrentamento da pseudoarqueologia, tomando como estudo de caso a narrativa da “Cidade Perdida de Ratanabá”, considerando as estratégias discursivas e de manifestação pública da área, os espaços digitais mobilizados e os agentes envolvidos. Ademais, discutir de que modo as dinâmicas das redes sociais influenciam a circulação e a configuração dos conteúdos tanto da comunicação da ciência arqueológica quanto das narrativas pseudoarqueológicas.

3. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, qualitativa e exploratória, inspirada em estudos sobre combate à circulação de desinformação científica em ambientes digitais (CASSOL; BARBOSA, 2021). Aqui, essa abordagem foi adaptada ao contexto arqueológico, com o objetivo de compreender como arqueólogos brasileiros buscaram combater a desinformação sobre a suposta “cidade perdida”. O *corpus* empírico desta pesquisa é composto por conteúdos digitais relacionados a iniciativas de esclarecimento público acerca do tema, produzidos ou mediados por agentes institucionalmente vinculados à arqueologia, a saber:

- a) Arqueólogos com formação acadêmica formal e reconhecimento institucional confirmados através da plataforma *Lattes*, e vinculados à produção ou mediação de conhecimento arqueológico;
- b) Instituições de arqueologia com atuação formal no Brasil;
- c) Projetos de divulgação científica conduzidos por profissionais da área.

As plataformas digitais utilizadas nesta pesquisa foram selecionadas com base em critérios de alcance e relevância no contexto brasileiro. Consideraram-se, especialmente, dados de audiência e tempo médio de consumo, conforme levantamentos da *Comscore*, bem como a centralidade dessas plataformas na mediação contemporânea de informação científica. A partir desses critérios, foram escolhidos o *Instagram*, enquanto rede social de ampla penetração e forte apelo visual⁵, e o *Spotify*, como principal plataforma de distribuição de podcasts no Brasil⁶.

Os materiais analisados foram publicados entre 2022 e 2025, e a coleta do *corpus* foi realizada a partir de procedimentos específicos, definidos de acordo com diferentes tipologias de mídia digital, conforme descrito a seguir:

- a) **Veículos jornalísticos digitais:** Através de mapeamento sistemático de entrevistas e reportagens veiculadas em meios de imprensas digitais de grande circulação, foram catalogadas matérias com participação direta de arqueólogos

5 Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

6 Disponível em: <<https://www.comscore.com/fre/Perspectives/Blog/Tendencias-do-consumo-de-Streaming-de-Audiono-Brasil>>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

brasileiros. O procedimento de coleta baseou-se em buscas orientadas pelos descritores “arqueólogo” e “Ratanaba”, em conjunto, nas principais ferramentas de busca dos portais selecionados. Nesse caso, as reportagens foram classificadas em três categorias conforme seu grau de originalidade editorial: produção original, reprodução integral e reprodução parcial (citações ou traduções). Essa distinção permitiu analisar não apenas o conteúdo, mas também os modos de circulação e recontextualização da informação científica no ambiente digital. Além disso, reproduções integrais e parciais não foram tratadas como unidades discursivas independentes, mas como indicadores da circulação e amplificação de narrativas previamente produzidas.

- b) Perfis institucionais no *Instagram*:** Através de análise exploratória de perfis vinculados a instituições de arqueologia e projetos de divulgação científica citados nas reportagens dentro da plataforma, foram catalogadas a existência (ou não) de publicações relacionadas ao tema.
- c) Podcasts de divulgação científica de arqueologia:** Através de análise exploratória de podcasts brasileiros dedicados ao tema da arqueologia disponíveis na plataforma de *streaming Spotify*, foram catalogados episódios (ou a ausência dos mesmo) abordando o caso da “Cidade Perdida de Ratanabá” ou a problemática da pseudoarqueologia.

Para garantir a precisão da análise, os critérios utilizados para a exclusão de perfis no *Instagram* foram os seguintes: aqueles de uso estritamente pessoal ou com acesso restrito (perfis privatizados) dos arqueólogos associados; aqueles nos quais a divulgação do conhecimento arqueológico se apresentava de forma altamente segmentada ou especializada, afastando-se de propostas voltadas à comunicação pública ampla da disciplina e suas tecnologias.

4. Resultados

4.1 Veículos jornalísticos digitais

O levantamento de reportagens originais demonstra uma concentração significativa de publicações no mês de junho de 2022, com destaque para as entrevistas concedidas por

Neves, principal referência no campo de Arqueologia Amazônica, a veículos de grande alcance, como *UOL*⁷ e *O Globo*⁸ (14 de junho) e *BBC News Brasil*⁹ (15 de junho) (FIG. 1).



FIGURA 1 – Captura de tela da reportagem da *BBC News Brasil* referente ao tema da “Cidade Perdida de Ratanabá”
 FONTE – Reprodução/*BBC News Brasil*.

Ainda no mesmo período, outros profissionais também foram mobilizados como fontes jornalísticas, embora de forma mais pontual. Stampanoni, diretor do Núcleo de Arqueologia e Etnologia do Museu da Amazônia (MUSA), foi entrevistado pelo *Portal Amazônia*¹⁰ em 18 de junho de 2022, enquanto Hirooka, fundadora do Museu de História Natural do Mato Grosso, concedeu entrevista ao portal *G1*¹¹ em 30 de junho do mesmo ano.

7 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2022/06/14/ratanaba-e-falsa-teoria-de-cidade-escondida-na-amazonia.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

8 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/ratanaba-cidade-perdida-na-amazonia-e-real-ou-nao-entenda.ghml>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

9 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61803303>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

10 Disponível em: <<https://portalamazonia.com/amazonia/arqueologo-cidade-perdida-ratanaba/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

11 Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/06/30/ratanaba-linhas-podem-ser-valas-de-defesas-indigenas-e-nao-tem-a-ver-com-cidades-perdidas-diz-arqueologa.ghml>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Em 2024, o tema voltou a ser abordado em entrevista concedida por Neves e Lima ao portal *Amazônia Latitude*¹², indicando a reatualização do debate em um novo contexto temporal.

No que diz respeito à circulação dos conteúdos, os dados evidenciam um padrão recorrente de reprodução integral de reportagens publicadas por veículos de maior prestígio. A entrevista de Neves à *BBC News Brasil* foi integralmente republicada por, ao menos, sete portais nacionais de ampla circulação, entre eles: *G1*¹³, *Terra*¹⁴, *Folha de São Paulo*¹⁵, *Tilt UOL*¹⁶, *Nossa UOL*¹⁷, *Jornal do Commercio*¹⁸ e *Correio Braziliense*¹⁹ (FIG. 2). Conteúdos originalmente veiculados por *O Globo* também foram reproduzidos por outros portais, como *IG Notícias*²⁰ e *Giro de Marília*²¹. De modo semelhante, a entrevista de Hirooka ao *G1* foi republicada por veículos regionais, como o *Primeira Hora*²².

12 Disponível em: <<https://www.amazonialatitude.com/2024/02/16/cidades-antigas-amazonia-e-teoria-de-ratanaba/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

13 Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/amazonia/noticia/2022/06/15/ratanaba-arqueologo-explica-porque-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

14 Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/ratanaba-arqueologo-explica-por-que-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido,59800e06b70ae6ce3d490155b346330cgtozke1u.html>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

15 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/06/ratanaba-arqueologo-explica-porque-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido.shtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

16 Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2022/06/15/ratanaba-por-que-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

17 Disponível em: <<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/bbc/2022/06/15/ratanaba-arqueologo-explica-por-que-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

18 Disponível em: <<https://jcam.com.br/noticias/ratanaba-arqueologo-explica-por-que-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido%EF%BF%BC/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

19 Disponível em: <<https://www.correioabraziliense.com.br/brasil/2022/06/5015448-ratanaba-arqueologo-explica-porque-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido.html>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

20 Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2022-06-14/entenda-teoria-ratanaba-cidade-perdida-amazonia.html>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

21 Disponível em: <<https://www.giromarilia.com.br/cidades/nacional/entenda-teoria-sobre-ratanaba-suposta-cidade-perdida-na-amazonia/>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

22 Disponível em: <<https://primeirahora.com.br/ratanaba-linhas-podem-ser-valas-de-defesas-indigenas-e-nao-tem-a-ver-com-cidades-perdidas-diz-arqueologa/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

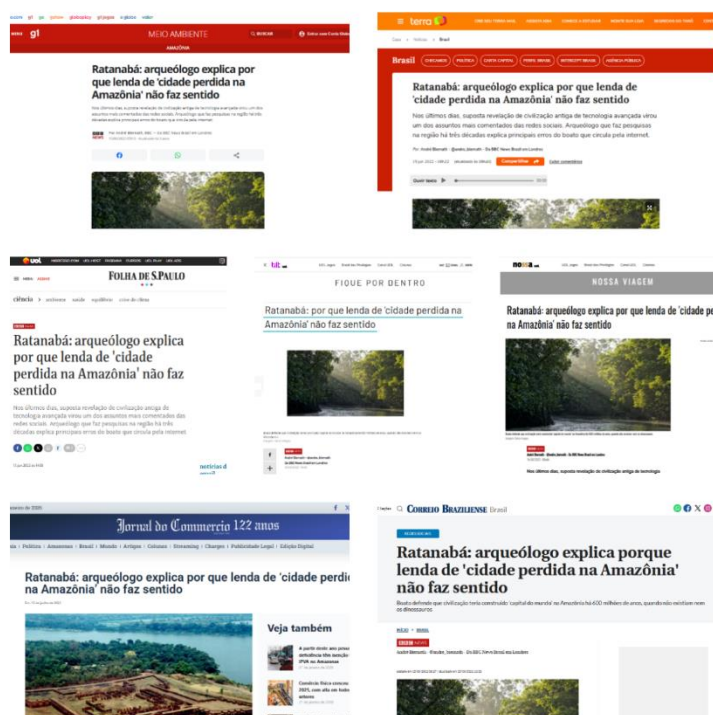


FIGURA 2 – Captura de tela das reportagens que utilizaram de reprodução integral da matéria da *BCC News Brasil* (em ordem de citação)

FONTE – Reprodução/G1/Terra/Folha de S. Paulo/UOL/Jornal do Commercio/Correio Braziliense. Montagem realizada pela autora (2026)

As reproduções parciais apresentaram menor volume, mas maior diversidade temporal e linguística. Em 2022, trechos da entrevista de Neves à *BBC News Brasil* foram retomados em publicações como o jornal *O Hoje*²³, *Oficina na Net*²⁴ e o portal *Yahoo! Noticias*²⁵, incluindo versão em espanhol. Em 2023, excertos do mesmo conteúdo reapareceram no portal *Laranjeira News*²⁶ e, em 2025, voltaram a circular em versão em espanhol publicada pelo *HuffPost*²⁷, evidenciando a persistência e a circulação transnacional de determinados enunciados científicos mediados pela imprensa.

23 Disponível em: <<https://ohoje.com/2022/06/15/cidade-perdida-na-amazonia-por-que-lenda-de-ratanaba-nao-faz-sentido/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

24 Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/curiosidades/41186-ratanaba-cidade-perdida-amazonia>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

25 Disponível em: <<https://es-us.noticias.yahoo.com/ratanab%C3%A1-leyenda-ciudad-perdida-amazonas-105222480.html?guccounter=1>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

26 Disponível em: <<https://laranjeiras.news/noticia/66455/ratanaba-a-cidade-perdida-na-amazonia>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

27 Disponível em: <<https://www.huffingtonpost.es/life/cultura/un-arqueologo-sostiene-leyenda-ciudad-perdida-amazonas-no-sentido.html>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

O padrão de repetição e reaproveitamento das falas de Neves aponta para a consolidação do pesquisador como principal autoridade científica mobilizada no debate público sobre a “Cidade Perdida de Ratanabá”, na medida em que a narrativa mobiliza e tensiona debates próprios da arqueologia amazônica. Tal centralização sugere uma dinâmica de validação do discurso jornalístico ancorada na recorrência de uma mesma voz científica, em detrimento de uma maior colaboração e diversidade de especialistas, reforçando uma hierarquização das fontes arqueológicas no espaço midiático analisado (TAB. 1).

TABELA 1
Distribuição quantitativa de entrevistas originais e de reproduções integrais e parciais de falas de arqueólogos(as) em conteúdos jornalísticos sobre a “Cidade Perdida de Ratanabá”

Arqueólogo(a)	Entrevista original	Reprodução integral	Reprodução parcial
Neves, E. G.	4	9	5
Hirooka, S.	1	1	0
Stampanoni, F.	1	0	0
Lima, H.	1	0	0

FONTE – Realizado pela autora (2026)

4.2 Instagram

No âmbito do *Instagram*, o *corpus* incluiu perfis vinculados aos museus, laboratórios e instituições científicas vinculadas aos arqueólogos mencionados nas reportagens, sendo estes: o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (@maeusp), o Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (@arqueotrop), o Museu da Amazônia (@museudaamazonia_musa) e o Museu de História Natural do Mato Grosso (@museuhistorianaturalmt). Bem como aqueles vinculados às instituições formais de profissionais da área e divulgação da arqueologia brasileira em sentido mais amplo, como a Sociedade de Arqueologia Brasileira (@sab_arqueologia), o Instituto de Arqueologia Brasileira (@iab.arqueologia) e o projeto de divulgação científica Arqueologia e Pré-História (@arqueologiaeprehistoria).

Os resultados indicaram ausência de conteúdos autorais relacionados ao tema, com apenas dois perfis — @arqueotrop e @maeusp — apresentando publicações pertinentes, ambas restritas à republicação da matéria originalmente veiculada pela *BBC News Brasil*, sem adição de comentários, contextualizações ou posicionamentos institucionais próprios (FIG. 3).

No caso do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos, a publicação consistiu em um carrossel contendo excertos da entrevista concedida por Neves à *BBC News Brasil*, divulgado no mesmo dia da publicação original e posteriormente replicado pelo perfil do MAE-USP. Em ambas as postagens, observa-se o uso reiterado da hashtag #maeuspsnamídia, o que sugere uma estratégia comunicacional orientada à legitimação institucional por meio da visibilidade conferida pela mídia jornalística, em detrimento da produção de enunciados próprios voltados à comunicação pública da ciência.



FIGURA 3 – Captura de tela dos conteúdos dos perfis @arqueotrop (cima) e @maeusp (baixo) no *Instagram* reproduzindo a entrevista veiculada pela *BBC News Brasil*

FONTE – Reprodução//@arqueotrop/@maeusp no *Instagram*. Montagem realizada pela autora (2026).

A ausência de menções ao tema nos demais perfis analisados reforça a percepção de uma atuação institucional limitada no debate digital, com centralidade atribuída à imprensa

como principal instância mediadora entre o campo científico da arqueologia e o público não especializado.

4.3 Spotify

No formato podcast, o *corpus* reúne cinco programas brasileiros disponíveis no *Spotify* voltados à divulgação da arqueologia: *Estraticast: Arqueologia e História*, *Arqueocast*, *PMA - Pequeno Manual de Arqueologia*, *Contextos Arqueologia* e *Ninguém nos perguntou, mas...* (FIG. 4).



FIGURA 4 – Captura de tela dos podcasts brasileiros sobre arqueologia no *Spotify* (em ordem de citação)
 FONTE – Reprodução/ *Spotify*. Montagem realizada pela autora (2026).

Dessa forma, a análise não identificou episódios dedicados ao combate às teorias pseudoarqueológicas em nenhum desses canais, o que pode ser parcialmente explicado pela descontinuidade de suas atividades, majoritariamente encerradas entre 2020 e 2021, com períodos de publicação inferiores a um ano.

Em contraste, o tema foi identificado em dois podcasts de caráter generalista, direcionados a tópicos mais amplos, nos quais o arqueólogo Neves participou como convidado nos anos de 2022 e 2024. No podcast *Jovens Comunicadores*, o episódio intitulado de “Podcasts AJN #08 - Ratanabá entre o mito e a desinformação” dedica-se à problematização de “Ratanabá” enquanto fenômeno de desinformação, articulando a crítica às narrativas pseudoarqueológicas com explicações sobre práticas e métodos da arqueologia amazônica (FIG. 5, cima).

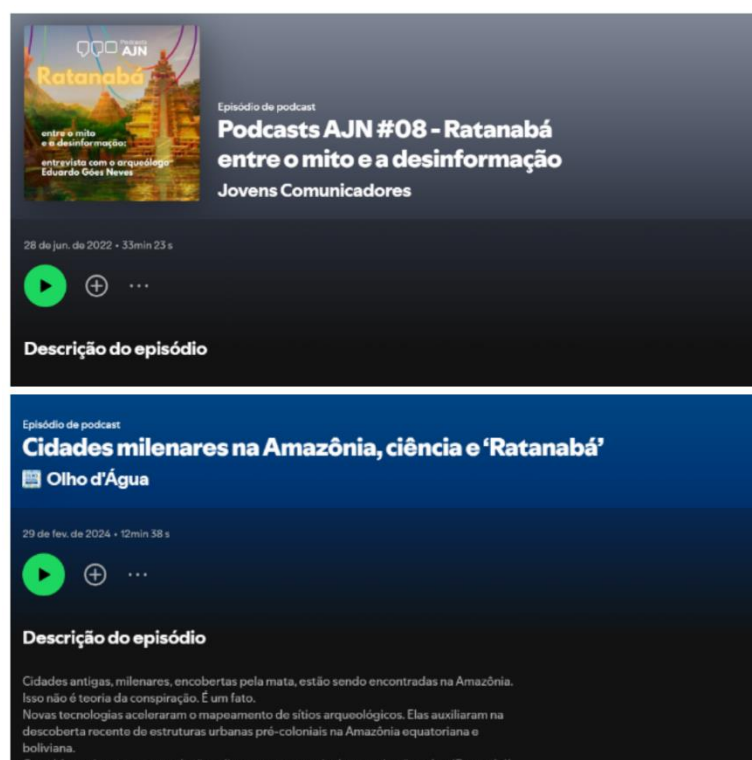


FIGURA 5 – Captura de tela dos episódios dos podcasts *Jovens Comunicadores* (cima) e *Olho d'Água* (baixo) abordando a narrativa de “Ratanabá” como fenômeno pseudocientífico

FONTE – Reprodução/ *Spotify*. Montagem realizada pela autora (2026).

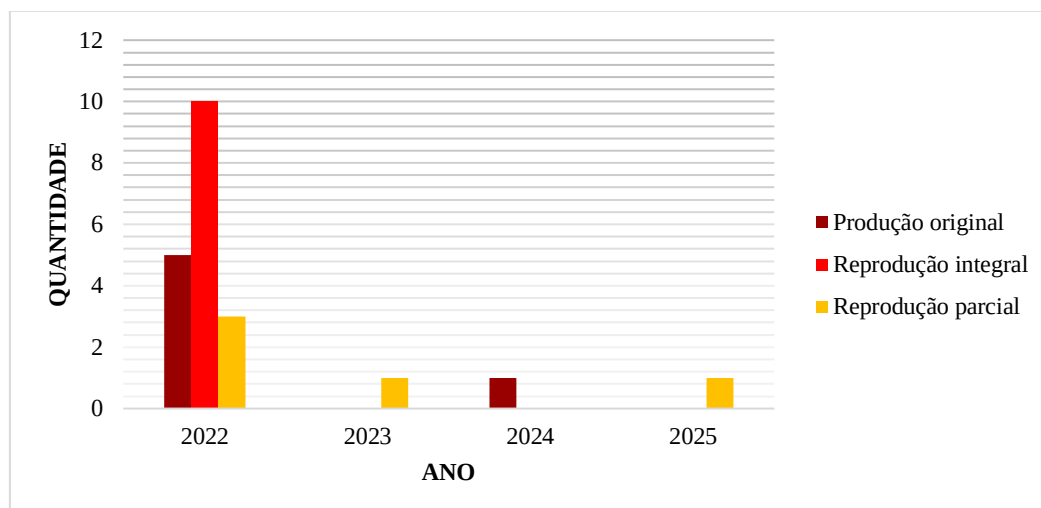
De modo semelhante, o podcast *Olho D'Água*, vinculado à revista *Amazônia Latitude*, retoma a temática no episódio “Cidades milenares na Amazônia, ciência e ‘Ratanabá’” ao relacionar achados arqueológicos recentes na Amazônia boliviana e equatoriana com uma crítica às interpretações pseudoarqueológicas que estavam sendo veiculadas em conjunto com a narrativa de “Ratanabá” (FIG. 5, baixo).

5. Discussão

Dentro da perspectiva da imprensa digital, a análise foi composta por 21 reportagens, das quais 6 correspondem a produções originais, 10 a reproduções integrais e 5 a reproduções parciais. A distribuição temporal (GRA. 1) indica que a circulação do debate sobre “Ratanabá” esteve concentrada no período de maior visibilidade e circulação da narrativa, com predominância de conteúdos replicados e posterior redução da cobertura ao longo dos anos. Essa configuração evidencia a escassez de produção autoral por parte da arqueologia brasileira, especialmente quando contrastada com a ampla difusão de uma narrativa pseudoarqueológica que alcançou diferentes esferas de circulação pública, incluindo espaços políticos e educacionais.

GRÁFICO 1

Distribuição quantitativa e temporal das reportagens originais e reproduções integrais e parciais das falas dos arqueólogos(as) sobre “Ratanabá” (2022-2025)



FONTE – Realizado pela autora (2026)

No plano discursivo, as entrevistas concedidas pelos arqueólogos assumem majoritariamente uma função de refutação, orientada à desconstrução da narrativa pseudoarqueológica e à reafirmação dos princípios metodológicos da disciplina. Embora esse movimento contribua para o esclarecimento público, ele também evidencia um enquadramento comunicacional essencialmente reativo, no qual a arqueologia se posiciona em resposta a crises específicas, sem avançar para a formulação de narrativas propositivas e preventivas sobre a prática arqueológica e seus métodos.

Esse padrão é ainda mais reforçado pela concentração das entrevistas em um número reduzido de pesquisadores, que passam a atuar como representantes recorrentes da autoridade

científica no debate público. Tal centralização contribui para a credibilidade do discurso veiculado, mas, simultaneamente, expõe a fragilidade de estratégias institucionais mais amplas de comunicação da arqueologia. A visibilidade da disciplina, nesses casos, torna-se dependente da atuação de indivíduos específicos, em vez de se apoiar em políticas comunicacionais estruturadas e duradouras.

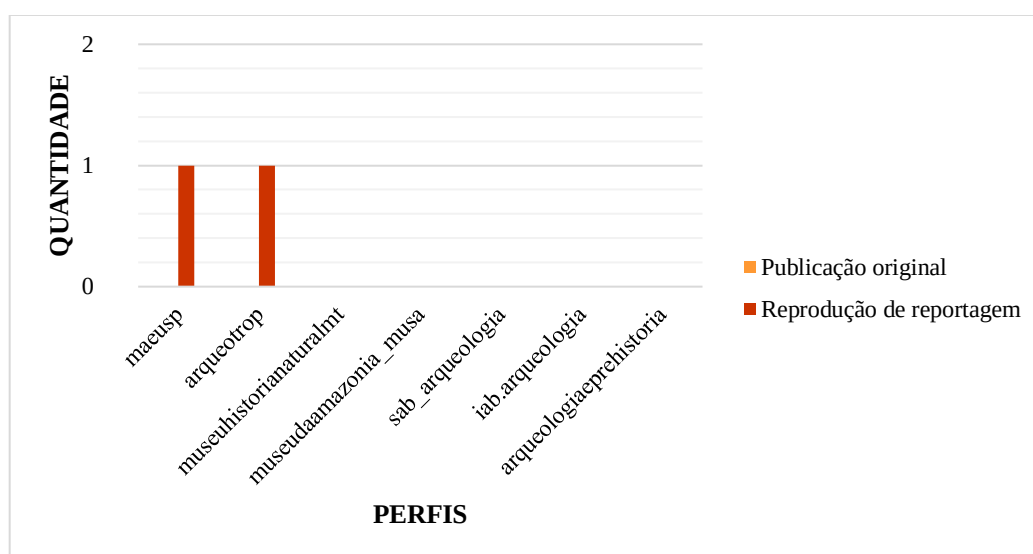
Embora a mediação jornalística desempenhe um papel relevante na ampliação do alcance das informações científicas, os dados indicam que essa dependência não se traduz necessariamente em engajamento crítico ou apropriação aprofundada por parte do público. A recorrência de reproduções das mesmas entrevistas ao longo do tempo, inclusive em outros idiomas, sugere a cristalização de determinados enunciados científicos como respostas autorizadas ao fenômeno pseudoarqueológico. No entanto, essa repetição aponta mais para um modelo defensivo e reiterativo de comunicação do que para um enfrentamento estrutural da desinformação, conforme problematiza Huvila (2019) ao discutir a necessidade de presença científica contínua nos ambientes digitais.

De modo geral, a produção científica brasileira enfrenta obstáculos históricos em sua visibilidade pública. Righetti (2018, p. 23) observa que a cobertura midiática tende a valorizar e consultar pesquisadores estrangeiros, relegando a ciência nacional a uma posição secundária. Essa tendência reforça o imaginário de que o conhecimento científico de qualidade é produzido apenas fora do país, o que contribui para o enfraquecimento da confiança social na ciência local. Nesse sentido, diversos autores (DIAS, 2013; ORSER JR, 1992, p. 15 apud MENEZES et al., 2014; ESCOBAR, 2018) argumentam que os próprios pesquisadores devem participar ativamente da divulgação de suas pesquisas, considerando que a presença dos mesmos em duas frentes de comunicação, direta e mediada, contribui para ampliar o alcance das produções científicas ao diversificar os públicos alcançados.

Essa limitação torna-se ainda mais evidente quando se observam as redes sociais. A análise dos perfis no *Instagram* (GRA. 2) revela a ausência quase total de protagonismo institucional da arqueologia no debate sobre “Ratanabá”. A inexistência de conteúdos autorais voltados ao enfrentamento da pseudoarqueologia indica que a área não se posicionou como agente ativo na disputa narrativa nesses espaços. Nos raros casos em que o tema aparece, a estratégia adotada restringe-se à republicação de matérias jornalísticas, sem

contextualização ou adaptação às dinâmicas da plataforma, reforçando uma lógica de legitimação por associação ao jornalismo científico, em detrimento da construção de uma comunicação científica acessível e nativa às redes sociais. Huvila enfatiza ainda que a arqueologia científica não pode exercer influência sobre as representações públicas do passado sem estar efetivamente presente no ambiente digital (HUVILA, 2019, p. 22-23).

GRÁFICO 2
Distribuição quantitativa das publicações originais e/ou republicações de reportagens sobre “Ratanabá” dos perfis institucionais no *Instagram*



FONTE – Realizado pela autora (2026)

Inclusive, no campo dos podcasts, observou-se um quadro semelhante. A ausência de episódios dedicados ao enfrentamento da pseudoarqueologia nos podcasts especializados está diretamente relacionada à descontinuidade desses projetos, muitos dos quais foram encerrados antes do período de maior circulação da narrativa de “Ratanabá”. Como resultado, não se consolidou um canal sonoro estável de divulgação científica arqueológica. A presença do tema ocorre, sobretudo, em podcasts de caráter generalista, nos quais arqueólogos participam como convidados, reiterando um padrão já identificado em outras tipologias: a atuação da arqueologia no ambiente digital é episódica, reativa e mediada por iniciativas externas.

Esse conjunto de evidências confirma a assimetria comunicacional entre arqueologia científica e pseudoarqueologia, conforme discutido por Flemming (2006). Enquanto a pseudoarqueologia se beneficia de uma circulação contínua, multiplataforma e orientada por

estratégias narrativas sensacionalistas, a arqueologia permanece vinculada a formatos institucionais rígidos, pouco frequentes e voltados à resposta pontual. Dessa forma, o conflito em torno de “Ratanabá” extrapola o campo epistemológico e se configura, fundamentalmente, como uma disputa comunicacional.

Esse cenário acaba sendo intensificado pela atuação dos algoritmos de recomendação das plataformas digitais. Pesquisas recentes, como as de Leitão (2024), no YouTube, e Martins (2024), no TikTok, demonstram que esses sistemas privilegiam conteúdos com alto potencial de engajamento, independentemente de sua qualidade informacional. Nos dois casos, os conteúdos pseudoarqueológicos sobre “Ratanabá” apresentaram maior capacidade de atravessar bolhas de informações do que os materiais de verificação científica, favorecendo uma falsa equivalência entre ciência e desinformação.

Além disso, tais conteúdos mobilizam estratégias narrativas alinhadas à lógica da economia da atenção (DANTAS, 2020 apud LEITÃO, 2024), explorando o sensacionalismo, a desconfiança em fontes institucionais, o apelo visual e, em alguns casos, o uso de recursos de inteligência artificial. Esses elementos não apenas ampliam a circulação das narrativas pseudoarqueológicas, mas também revelam sua inserção em um ecossistema econômico que recompensa a desinformação, ao passo que conteúdos científicos, menos adaptados a essas dinâmicas, tendem a alcançar menor visibilidade.

Diante disso, compreende-se que o enfrentamento à pseudoarqueologia, especificamente no caso da “Cidade Perdida de Ratanabá”, foi limitado pela ausência de uma estratégia comunicacional proativa da arqueologia brasileira. A centralidade da imprensa, a escassez de produção autoral nas redes sociais e a descontinuidade de iniciativas de divulgação científica contribuem, em parte, para a manutenção de um ambiente no qual narrativas pseudoarqueológicas geram mais engajamento e maior difusão de suas teorias no imaginário popular. Esses achados reforçam a necessidade de compreender a comunicação pública, principalmente na era virtual dentro dos ambientes digitais, como dimensão constitutiva da prática arqueológica, e não como um recurso acessório acionado apenas em contextos de crise.

6. Considerações finais

A comunicação científica, nos moldes de Lewenstein (2022), que a descreve, na verdade, como “public communication of science and technology (PCST)”²⁸ (LEWENSTEIN, 2022, p. 1), constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da relação entre ciência e sociedade, atuando não apenas como instrumento de popularização do conhecimento, mas também, atualmente, como forma de legitimação social da pesquisa (ESCOBAR, 2018, p. 33; FERREIRA et al., 2023, p. 339).

Assim, à luz dos resultados discutidos ao longo desta pesquisa, torna-se fundamental problematizar a recorrente postura de afastamento adotada por parte da comunidade arqueológica em relação às narrativas pseudoarqueológicas e às concepções anacrônicas, deterministas ou essencialistas sobre o passado, podendo reforçar visões etnocêntricas, colonialistas ou excludentes, ao mesmo tempo em que deslegitimam os saberes produzidos por povos indígenas, comunidades tradicionais e pela própria pesquisa arqueológica (NUGROHO, 2022; NEVES, 2020; NEVES, 2022).

Conforme argumenta Flemming, a tendência dos profissionais da arqueologia é de desconsiderar narrativas pseudocientíficas por considerá-las “tolices”, porém, essa atitude, impensadamente, pode favorecer a expansão da desinformação e permitir que discursos desprovidos de qualquer rigor científico ocupem espaços de legitimidade no debate público (FLEMMING, 2006, p. 48). Portanto, essa barreira de comunicação não apenas reduz o alcance da produção científica, mas abre espaço para que explicações não fundamentadas ocupem o imaginário popular.

Em decorrência disso, quando a população não dispõe de referências claras e confiáveis para distinguir práticas científicas de discursos pseudocientíficos, torna-se mais difícil identificar problemas em decisões institucionais que envolvem diretamente a produção de conhecimento histórico e arqueológico, como exemplificado pelas relações entre agentes reprodutores de discursos pseudoarqueológicos e instituições governamentais, discutidos anteriormente. Como reiteram Bicudo e Teixeira (2022, p. 11):

Pessoas que não sabem como se constrói o conhecimento científico e que não possuem um mínimo de criticidade, são presas fáceis para cair neste tipo de erro: a educação científica pode, então, colaborar decisivamente no

28 Comunicação pública da ciência e tecnologia (CPCT). (Tradução da autora).

sentido de formar cidadãos melhor preparados nesse sentido. (BICUDO; TEIXEIRA, 2022, p. 11).

Em síntese, silenciar diante da pseudoarqueologia não significa preservar a autoridade científica da arqueologia, mas abdicar de sua função social. Ou seja, a manutenção de uma postura excessivamente autocentrada, restrita a circuitos especializados e orientada pela suposição de que o rigor metodológico, por si só, seria suficiente para garantir legitimidade social, contribui para o distanciamento entre a disciplina e os públicos não especializados.

Por fim, é necessário reconhecer que a pseudoarqueologia não constitui um fenômeno transitório ou marginal, tampouco algo que possa ser eliminado apenas pela disseminação de conhecimento científico nos ambientes virtuais (HARDING, 2007, p. 130). Diante dessa realidade, o papel do arqueólogo não pode se restringir à pesquisa e à publicação formal, sendo imprescindível compreender o cientista também como um agente comunicador, que necessita ser capaz de dialogar com diversos públicos e de explicitar, de forma acessível e responsável, os fundamentos metodológicos, os limites interpretativos e os critérios de validação do conhecimento arqueológico. Dessa forma, falar sobre pseudoarqueologia, principalmente no cenário atual, deixa de ser uma escolha opcional e passa a constituir uma responsabilidade inerente à prática arqueológica, especialmente em contextos nos quais a desinformação compromete não apenas a compreensão do nosso passado, mas também a qualidade das decisões sobre a proteção dos patrimônios nacionais que precisamos tomar no presente.

7. Referências

- BASSETT, A. Pseudo-archaeology: The Appropriation and Commercialization of Cultural Heritage. **Spectrum:** Durham, v. 3, n. 1, article 6, 2013.
- BICUDO, R. D. S.; TEIXEIRA, R. R. P. Educação Científica e Negação da Ciência. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 27, n. 1, 2022.
- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 13(1), 210–230. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>
- CALIPPO, G. M. V. T. Arqueologias nas redes sociais: o passado representado em tempos de pandemia. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 205–222, 2022.
- CARD, J. J.; ANDERSON, D. S. Lost city, found pyramid: understanding alternative archaeologies and pseudoscientific practices. Tuscaloosa: The University Of Alabama Press, 2016.

CASSOL, R. A.; BARBOSA, C. L. Cientistas nas mídias sociais em tempos de pandemia — uma análise dos canais de influenciadores digitais como fontes de informação. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 9, p. e2737, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n9-152.

DERRICOURT, R. The appeal of pseudoarchaeology. In: Pseudoarchaeology: the concept and its limitations. **Antiquity**, United Kingdom: Cambridge University Press, 2012. p. 525.

DIAS, C. D. Divulgando a Arqueologia: Comunicando o Conhecimento para a Sociedade. In: BRUNO, M. C. O.; OLIVEIRA, A. C. F. (Orgs.). **Arqueologia em diálogo: saberes e práticas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 48–52.

DODE, D.; RAMOS, A. C. T. A Presença da Arqueologia na Mídia Audiovisual no Brasil. **FUMDHAMentos**, v. XX, n. 2, p. 3–25, 2023.

ESCOBAR, H. Divulgação científica: faça agora ou cale-se para sempre. In: VOGT, C.; GOMES, M.; MUNIZ, R. (Org.). **ComCiência e Divulgação Científica**. v. 200. Campinas, SP: LABJOR-UNICAMP, 2018. p. 31–35.

FAGAN, G. G. Diagnosing pseudoarchaeology. In: FAGAN, G. G. (Org.). **Archaeological Fantasies: How Pseudoarchaeology Misrepresents the Past and Misleads the Public**. 1st ed., London; New York: Routledge, 2006. p. 23–46.

FEDER, K. L. Frauds, myths, and mysteries: science and pseudoscience in archaeology. 10. ed. New York: Oxford University Press, 2020.

FERREIRA, J. R. S.; AUTRAN, M. M. M.; SOUZA, E. D. Comunicação e divulgação científicas: das distinções conceituais às aproximações promovidas pelas redes sociais digitais. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 9, Ed. Esp., p. 323–347, jun. 2023.

FLEMMING, N. C. The attraction of non-rational archaeological hypotheses. In: FAGAN, G. G. (Org.). **Archaeological Fantasies: How Pseudoarchaeology Misrepresents the Past and Misleads the Public**. 1st ed., London; New York: Routledge, 2006. p. 47–70.

HARDING, A. Communication in archaeology. **European Journal of Archaeology**, v. 10, n. 2-3, p. 119–133, 2007.

HUVILA, I. Engagement has its consequences: the emergence of the representations of archaeology in social media. **Archäologische Informationen**, 2013. DOI: 10.11588/ai.2013.0.15382.

LEITÃO, A. “RATANABÁ” no YouTube: desinformação, algoritmo e economia da atenção nas recomendações de vídeo. In: **ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. Anais eletrônicos...**, Galoá, 2024.

LEWENSTEIN, B. What is “science communication”? **Journal of Science Communication**, v. 21, n. 07, p. 1–4, 2022.

MARTINS, J. D. P. Narrativas conspiracionistas em mídias sociais digitais: uma análise sobre a conspiração de Ratanabá no TikTok. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, 2024.

MENEZES, V. H. S.; BIAZOTTO, T. A.; MORAIS, G. S.; POMPEU, P.; MONTEIRO, A. L. M.; CARVALHO, A. V. Construções de diálogos e compartilhamento do conhecimento – algumas reflexões acerca da divulgação científica, educação patrimonial e arqueologia pública. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 11, n. 21, p. 123–137, 14 mar. 2014.

MORENO DE SOUSA, J. C. Internet use for archaeological education. In: SMITH, C. (Org.). **Encyclopedia of Global Archaeology**. Cham: Springer, 2018. DOI: 10.1007/978-3-319-51726-1_2533-1.

NEVES, E. G. Eduardo Góes Neves: “O Brasil não tem ideia do que é a Amazônia”. [Entrevista concedida a] Isabelle Moreira Lima. **Revista Gama**, 20 de agosto de 2020. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/o-que-sera-da-amazonia/entrevista-eduardo-goes-neves-floresta-amazonica/>. Acesso em: 9 de setembro de 2024.

NEVES, E. G. Sob os tempos do equinócio – Oito mil anos de história na Amazônia central. pp. 179-190. São Paulo: Editora Ubu, 2022. ISBN 8571260702.

NUGROHO, A. Twitter Analysis of Pseudoarchaeology and Conspiracy Theories in Archaeology. **Cornell Undergraduate Research Journal**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2022. DOI: 10.37513/curj.v1i2.680

PILATI, R. Ciência e Pseudociência. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018. ISBN 855200055.

PORTO, C. M. (org.). Difusão e cultura científica: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. A internet e a cultura científica no Brasil: difusão da ciência. p. 149–165. ISBN 978-85-2320-912-4.

RAMALHO, V. G. O Brasil do negacionismo: uma análise da disputa entre pós-verdade e ciência. **O Mangueral – Revista de Filosofia**, v. 1, n. 5, p. 89–105, 2020.

RAMOS, M.; DUGANNE, D. Exploring Public Perceptions and Attitudes about Archaeology. Washington, DC: Society for American Archaeology, 2000.

RENFREW, C. Foreword. In: FAGAN, G. G. (Org.). **Archaeological Fantasies: How Pseudoarchaeology Misrepresents the Past and Misleads the Public**. 1st ed., London; New York: Routledge, p. xii–xvi, 2006.

RIGHETTI, S. Ciência na mídia: onde estão os estudos de pesquisadores brasileiros? In: VOGT, C.; GOMES, M.; MUNIZ, R. (Org.). **ComCiência e Divulgação Científica**. v. 200, Campinas, SP: LABJOR-UNICAMP, 2018. p. 23–29.

SANTANA, E. N.; FONTOURA, J. R. A.; LIMA, M. G. A. C.; SILVA, G. F. Cultura científica nas redes sociais digitais: um modelo sobre a influência da democratização do conhecimento científico. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: UNEB, v. 13, n. 2, p. 173–192, 2024. DOI: 10.30620/pdi.v13n2.p173.

SCHIELE, B.; SCHIELE, A. Archaeological Representations in the Media: the Dominance of Pseudo-Archeology. **Review of Science, Mathematics & ICT Education**, v. 16, n. 1, p. 19–47, 2022.